

luta pela terra no Brasil teve uma influência decisiva no caráter nacional da articulação das lutas, que veio depois criar o MST. E isso por dois motivos: primeiro, pela vocação ecumênica da CPT, que evitou que a diferença de credos levasse a criar movimentos distintos;⁵² segundo, porque sua atuação nacional e seu conhecimento profundo das lutas anteriores influenciaram nessa direção.

Um segundo elemento a ser considerado na compreensão do surgimento do MST tem a ver com o contexto político do Brasil naquele período, considerado um momento histórico forte no processo de redemocratização do país. O povo brasileiro começava a reagir contra a ditadura militar e multiplicavam-se as lutas e as organizações de trabalhadores, especialmente nas cidades. Como reflete Stédile, o MST somente pôde se constituir como um movimento social importante porque coincidiu com um processo mais amplo de luta pela democracia no país, marcado especialmente pelo ressurgimento das greves operárias de 1978 e 1979. O modo como foi assumida a retomada da luta pela Reforma Agrária nesse momento da História do Brasil precisa ser compreendido como parte desse contexto.

Éder Sader analisou com bastante profundidade esse período, através de uma pesquisa sobre as *experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*, destacando esse momento como aquele em que *novos personagens entraram em cena*, ou seja, novos sujeitos sociais coletivos se constituíram, representando a *emergência de uma nova configuração das classes*

⁵² Os colonos sem terra do Rio Grande do Sul foram influenciados pelo trabalho pastoral da igreja católica e os colonos do movimento de Itaipu no Paraná, por exemplo, participavam do trabalho pastoral da igreja luterana.

populares no cenário público. Ou seja, não apenas em comparação com os padrões do início da década, mas também – e sobretudo – com os de períodos históricos anteriores, o fim dos anos 70 assistia à emergência de uma nova configuração de classe. Pelos lugares onde se constituíam como sujeitos coletivos; pela sua linguagem, seus temas e valores; pelas características das ações sociais em que se moviam, anunciava-se o aparecimento de um novo tipo de expressão dos trabalhadores, que poderia ser contrastado com o libertário das primeiras décadas do século, ou com o populista, após 1945... (1995, p. 36 e 37)

O MST fez parte desse processo de produção do que depois começou a ser chamado de uma *nova cultura política*, embora constituindo-se com características bem próprias, conforme será descrito mais adiante.

Um terceiro elemento sociocultural está na *tradição* ou no *costume* (Thompson, 1998) incorporado da trajetória de luta pela terra nos quase cinco séculos de latifúndio em nosso país. O MST é um dos herdeiros do processo histórico de resistência e de luta do campesinato brasileiro. É parte da história da luta pela terra no Brasil, assim como das lutas já realizadas em outros lugares e em outras épocas, onde a exploração ou a exclusão social dos camponeses também foi uma realidade.

Como afirma José de Souza Martins, um dos maiores estudiosos da questão agrária em nosso país, a História do Brasil é a história de um campesinato *progressivamente insubmisso – primeiramente, contra a dominação pessoal de fazendeiros e “coronéis”; depois, contra a expropriação territorial efetuada por grandes proprietários, grileiros e empresários; e já agora, também contra a exploração econômica que se concretiza na ação da grande empresa capitalista... Particularmente a partir dos anos 50, camponeses de*

várias regiões do país começaram a manifestar uma vontade política própria, rebelando-se de vários modos contra seus opressores, quebrando velhas cadeias, levando proprietários de terras aos tribunais..., organizando-se em ligas e sindicatos; exigindo do Estado uma política de reforma agrária; resistindo de vários modos a expulsões e despejos; erguendo barreiras e fechando estradas para obter melhores preços para seus produtos... (1981, p. 10)

Cada sem-terra de hoje carrega em si (ainda que não saiba disso) a herança rebelde de Sepé Tiaraju, de Zumbi dos Palmares, dos camponeses que lutaram em Canudos, Trombas e Formoso, Contestado, nas Ligas Camponesas.⁵³ Assim como carrega a memória da repressão sofrida por todas essas lutas e o desafio de impedir que a destruição possa ocorrer de novo.

Quando perguntado sobre por que a luta pela terra no final da década de setenta ressurgiu no Sul do Brasil e não no Nordeste, Stedile mencionou exatamente uma das partes dessa memória. A dura perseguição sofrida pelas Ligas Camponesas em 64 ainda estava muito viva nos camponeses do Nordeste. No Sul não houve tanta repressão aos camponeses na época do golpe militar, exatamente porque seus vínculos políticos e culturais influenciavam uma posição de apoio à ditadura. De um lado, então, a entrada desses camponeses na luta pela terra representou uma forte ruptura com padrões culturais naquele momento hegemônicos. Mas, por outro lado, a ausência de uma memória

⁵³ No livro sobre a história do MST há um capítulo específico sobre as lutas consideradas antecessoras do MST. Estão destacadas as lutas de Sepé Tiaraju dos Povos Guaranis, Zumbi dos Palmares, Canudos, Contestado, Cangaço, Ligas Camponesas, Trombas e Formoso, e outras lutas localizadas de trabalhadores rurais nos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Paraná, Maranhão, Rio de Janeiro e São Paulo.

recente de repressão facilitou ou acelerou o processo de organização. No Nordeste a luta demorou mais a ser reorganizada, e quando o foi, carregou por muito tempo os traços culturais do seu formato anterior. Muitas das pessoas que criaram o MST no Nordeste são herdeiras diretas dessas lutas.

Como terceiro conjunto de fatores que explica o processo de criação do MST aparecem, então, alguns fatos desencadeadores de lutas específicas que acabaram sendo articuladas, depois, neste grande movimento nacional de luta pela terra. Estou chamando de *fatos desencadeadores* aqueles que, de certo modo, *apressaram* a conjugação entre as pressões objetivas de uma situação mais geral e os elementos socioculturais e políticos que foram capazes de sustentar a organização dessa ação de resistência dos trabalhadores e das trabalhadoras sem-terra, dando início ao MST. Esses fatos desencadeadores são os chamados *fatos históricos* que, como nos ensinam Hobsbawm e Thompson, somente podem ser assim considerados se, mesmo citados e compreendidos em suas especificidades, forem colocados (por nós que hoje tentamos interpretar esta história) dentro de um único e articulado processo que é, em nosso caso, o processo de *gestação* ou de *constituição* do MST e da *formação* dos sem-terra como seus principais sujeitos.

Na memória (oral e também nos registros do período) do processo de *gestação* do MST (1979 a 1984) aparecem como fatos com essa densidade histórica especialmente os que identifiquei a seguir.

No Rio Grande do Sul, o marco foi a expulsão dos colonos da reserva indígena de Nonoai, feita pelos índios Kaingang que também lutavam pela reconquista de sua terra de origem, em maio de 1978. Foram expulsas 1800 famílias de colonos rendei-

ros da Fundação Nacional do Índio, FUNAI, que estavam ali há quinze anos. Menos de dois meses depois dessa expulsão, aconteceu uma primeira ocupação espontânea (no sentido de não organizada previamente) das fazendas Macali e Brilhante, em Ronda Alta, e na Reserva Florestal da Fazenda Sarandí, em Rondinha. As ocupações começaram com trinta famílias e chegaram a quase trezentas. Como analisa Fernandes, essa ação *tem um importante significado histórico, porque a luta recomeçava exatamente onde havia sido interrompida em 1963, com o MASTER*. (1999, p. 3)⁵⁴ Além disso, essa ação se desdobrou noutra igualmente importante que foi o já mencionado acampamento de Encruzilhada Natalino, fato decisivo na criação do MST.⁵⁵

Em Santa Catarina, o fato de expressão foi a chamada farsa da peste suína africana, no final da década de setenta, na região de Chapecó, oeste do estado, tradicionalmente forte na produção de suínos. Embora nada tenha ficado comprovado, é lugar comum hoje a versão de que a dizimação dos porcos dos pequenos produtores, determinada pelo governo e executada pelo exército, com a alegação de que havia uma perigosa peste se alastrando em todo o estado, *foi uma estratégia para eliminar o pequeno suinocultor autônomo e as raças comuns de suínos. Pois em muitos*

⁵⁴ Na síntese preparada para o livro da história do MST.

⁵⁵ Uma descrição detalhada de todos os fatos que serão mencionados neste tópico poderá ser encontrada no livro da História do MST, em elaboração. Especificamente sobre os episódios do Rio Grande do Sul são consultas importantes: Méliga, Laerte Dorneles e Janson, Maria do Carmo. *Encruzilhada Natalino*, 1982; Gehlen, Ivaldo. *Uma estratégia camponesa de conquista da terra e o Estado: o caso da Fazenda Sarandí*, 1983. Sobre a luta pela terra em Santa Catarina: Lisboa, Tereza Kleba. *A luta dos Sem Terra no oeste catarinense*, 1988; Poli, Odilon Luiz. *Aprendendo a andar com as próprias pernas: o processo de mobilização dos movimentos sociais do Oeste Catarinense*, 1995.

casos, ao saberem da matança, os camponeses escondiam os leitões em propriedades distantes, de parentes, e depois continuavam a criação, sem nunca terem visto um único porco morrer da tal doença. (Fernandes, 1999, p.6) Essa farsa foi uma espécie de *gota d'água* na situação de expropriação dos pequenos produtores daquela região. Apoiados pela CPT, em um trabalho bastante intenso da Diocese de Chapecó, os camponeses começaram uma série de ações de protestos que deram origem a quatro frentes de luta: o Movimento de Oposição Sindical, o Movimento das Mulheres Agricultoras, o Movimento dos Atingidos por Barragens e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Foi nesse caldo de rebeldia que aconteceu a primeira grande ocupação de terra desse período em Santa Catarina, na Fazenda Burro Branco, município de Campo Erê, oeste catarinense, em maio de 1980. A fazenda foi desapropriada em novembro do mesmo ano, sendo uma das primeiras *frações de território* conquistadas por essa nova fase de luta pela terra no Brasil. *Parte da primeira colheita na terra conquistada foi doada para as famílias acampadas em Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta no Rio Grande do Sul.* (Idem, p. 8)

No Paraná, um dos fatos desencadeadores mais importantes foi a expropriação de terras dos pequenos agricultores devido à construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, que deixou sem a terra milhares de famílias de oito municípios do extremo oeste do estado, e que deu origem ao Movimento Justiça e Terra, criado em 1980. Desde 1975, o governo federal prometia pagar preço justo pela indenização. Três anos depois, pouquíssimas famílias haviam sido indenizadas, e por um preço muito abaixo do esperado; os posseiros e os sem-terra eram mais prejudicados, recebendo valores ainda menores. Parte das famílias foram

transferidas para um projeto de colonização no Acre, onde enfrentaram as dificuldades já conhecidas nesse tipo de projeto. A partir de 1978, as igrejas luterana e católica, através da CPT, e alguns sindicatos de trabalhadores rurais começaram um trabalho de organização das comunidades que gerou o Movimento Justiça e Terra. *Justiça era o que exigiam do governo e a terra era a condição primeira para continuarem agricultores. Portanto, a principal reivindicação era terra por terra.* (Idem, p. 16) Das famílias expropriadas de Itaipu nasceu, então, a organização dos sem-terra do Paraná. Entre 1982 e 1983 surgiram vários movimentos nas diversas regiões do estado: Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná – MASTES; Movimento dos Agricultores Sem Terra do Norte do Paraná – MASTEN; Movimento dos Agricultores Sem Terra do Centro-Oeste do Paraná – MASTRO; e Movimento dos Agricultores Sem Terra do Litoral do Paraná – MASTEL. A primeira grande ocupação de terra aconteceu em 1982, na Fazenda Anoni, no município de Marmeleiro, sudoeste do Paraná.⁵⁶

Em São Paulo, o fato desencadeador da gestação do MST foi um conflito entre os posseiros e o grileiro da Fazenda Primavera, localizada no município de Andradina. Há décadas os posseiros da Primavera pagavam renda ao grileiro. Mas na década de setenta ele resolveu começar a trazer gado do Mato Grosso e expulsar os posseiros da fazenda, destruindo suas lavouras e contratando jagunços para queimar suas casas. Com o assassinato de um dos posseiros, o grupo decidiu procurar o Poder Judiciário e solicitar uma intervenção no conflito. Em 1979 foi criada

⁵⁶ Sobre a luta pela terra no Paraná uma referência importante é: Bonin, Anamaria Amoré. *Movimentos sociais no campo*, 1987.

na região a CPT, que proporcionou um espaço de organização dos posseiros que culminou na desapropriação da fazenda Primavera e na implantação do assentamento em julho de 1980. Essa ação abriu caminho para ocupações de terra já a partir do ano seguinte.⁵⁷

E o outro estado que aparece na memória do processo de gestação do MST é o Mato Grosso do Sul. O fato desencadeador aqui tem a ver com a forma de apropriação das terras nesse Estado. No final da década de 1970, era comum a prática de grilagem das terras e do uso da mão-de-obra camponesa para formação das fazendas e pastagens, através do arrendamento. Depois que as fazendas estivessem formadas, os arrendamentos eram desfeitos e os camponeses precisavam migrar para outros lugares onde houvesse novas fazendas a serem formadas.

A partir de 1979, os latifundiários dos municípios de Naviraí, Itaquiraí, Taquaruçu, Bonito e Glória de Dourados pararam de arrendar suas terras porque as fazendas já estavam adequadamente formadas. Mas nesse ano, conforme narra Fernandes, os camponeses decidiram não migrar e sim resistir na terra que ocupavam. Importantes focos de resistência foram sendo organizados em Naviraí, nas fazendas Entre Rios, Água Doce e Jequitibá. Os conflitos foram bastante violentos e o governo decidiu fazer um projeto de deslocamento dos colonos para o norte do estado (Mato Grosso, a partir de 1979). Muitos aceitaram e novamente a mesma condição: não havia como permanecer em uma terra improdutiva e sem nenhuma infra-estrutura.

⁵⁷ Descrição e análise específica sobre o processo de formação do MST em São Paulo está na obra de Fernandes, Bernardo Mançano. *MST Formação e territorialização em São Paulo*, 1996.

Isso foi gerando a consciência de que a luta pela terra deve ser feita na própria terra e não buscando terras distantes e desconhecidas. Desse processo resultou, mais tarde, uma das grandes ocupações que marcou a época da criação do MST, e que foi a ocupação da Fazenda Santa Idalina, de 18 mil hectares, no município de Ivinhema, com a participação de mil famílias de arrendatários, assalariados, posseiros, ribeirinhos, desempregados da cidade que tinham migrado do campo e brasiguaios, como viriam depois a ser conhecidos os sem-terra brasileiros que trabalhavam nas fazendas paraguaias. Essa ocupação aconteceu em abril de 1984, três meses depois de ter sido criado em Cascavel, no Paraná, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. (1999, p. 20-26)

De 29 a 31 de janeiro de 1985, em Curitiba, de novo no Estado do Paraná, o MST realizou o seu primeiro Congresso Nacional, com a participação de 1500 delegados, escolhidos em encontros ou reuniões estaduais que aconteceram ao longo do ano de 1984. Vinham de 16 Estados⁵⁸ e decidiram sobre a bandeira de luta que daria a marca principal do Movimento: *Ocupação é a única solução!*

Fruto do próprio processo histórico de sua gestação, e das discussões que acompanharam a sua criação formal em 1984, o MST surgiu e foi se configurando com um caráter todo pró-

⁵⁸ Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Paraíba, Piauí, Maranhão, Pará, Goiás e Rondônia. No final do Congresso foi eleita uma Coordenação Nacional com representantes de 12 estados onde o MST já estava organizado ou em processo de organização: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Bahia, Sergipe, Maranhão e Rondônia. (Fonte: Arquivos MST)

prio, fugindo aos padrões da luta pela terra de outras épocas, de outros lugares, especialmente por se configurar como um movimento social nacional de lutas massivas, e por não esgotar sua luta e organização na luta pela terra em sentido estrito. Na explicação de João Pedro Stédile, que é um dos fundadores do MST, três são as principais características que definem o Movimento: *a primeira característica foi a de ser um movimento popular, ou seja, pode entrar todo mundo*, e isso em dois sentidos. O primeiro é o de que o MST é um movimento das *famílias sem-terra* e participam das suas ações o pai, a mãe, as crianças, os jovens, os idosos, não havendo um processo de *filiação* ou de associação formal, (como nos sindicatos, por exemplo) mas apenas de participação, que pode começar em qualquer tempo e lugar. Por si só essa é uma característica que acaba alterando bastante as relações mais tradicionais, à medida que um jovem pode vir a ser a liderança do grupo de seu pai, ou uma mulher ser a coordenadora do núcleo de seu marido, por exemplo.

O segundo sentido é o de que, embora o MST tenha a sua raiz no trabalho da terra, sempre entendeu que, para lutar pela Reforma Agrária, não é preciso ser necessariamente um camponês. Por isso *entra todo mundo*, porque pode entrar o padre, o agrônomo, a professora, o economista, a agente de saúde, cada um participando desde sua atuação específica. Analisa Stedile: *eu acho que isso deu também uma consistência maior ao MST, porque ele soube se abrir ao que havia na sociedade e não ficar fechado ao que seria um movimento camponês típico... mas sem abrir mão da vinculação com a base. O MST tem que ser feito pelos trabalhadores.* (1998) Sem dúvida, essa foi uma das características importantes na constituição do MST também como uma

organização social, bem como no delineamento do que veio a ser a *identidade Sem Terra*.

A segunda característica do MST é que ele tem um componente sindical, no sentido de corporativo. Ou seja, a organização e as lutas acontecem em torno de demandas específicas e que não se restringem à conquista da terra. O MST trouxe a si também as lutas corporativas dos assentados, em relação a crédito, a preços mínimos, a estradas, à saúde, à educação. Isso vem exigindo a ampliação permanente das frentes de atuação do Movimento, ao mesmo tempo que consegue inserir os interesses corporativos, particulares de grupos ou pessoas, em um movimento maior que é o da luta pela Reforma Agrária em todo o país.

A terceira característica é a de que o MST tem um componente político, presente desde o início e certamente influenciado pela gênese do Movimento. Isso significa ter presente, em cada uma de suas ações, que a luta pela terra e a luta pela Reforma Agrária somente podem ter algum avanço se forem compreendidas como parte da luta de classes. E significa também pautar essa luta desde princípios, organizativos, políticos e ideológicos, e com objetivos mais amplos.

Momentos históricos da formação dos sem-terra

Olhando para a trajetória do MST desde o ponto de vista da formação do sem-terra como sujeito político e sociocultural é possível identificar nela três momentos distintos. São momentos que coincidem, de certo modo, com a cronologia histórica nacional do MST, embora o acento das diferenças não esteja exatamente nesse aspecto. A marca diferencial diz respeito aos desafios concretos que conformam a luta do MST em cada

momento, e que, ao mesmo tempo, exigem e produzem uma determinada conformação de seus sujeitos.

Se pensarmos na realidade específica de cada estado que compõe hoje o MST, isso assume um caráter ainda mais complexo, exatamente pela relativização necessária da dimensão cronológica desse processo. A nível nacional é possível afirmar que esses momentos foram se constituindo um após o outro, mesmo que considerados sob forma de uma articulação histórica dialética e não meramente seqüencial. Mas, se tomarmos o caso dos estados onde o MST passou a se constituir nos últimos anos, é preciso considerar que vivem um processo histórico bem diferente daqueles estados que estiveram presentes na gênese do Movimento. Os sem-terra de Tocantins, um dos estados de constituição mais recente do MST, por exemplo, já estão se formando como herdeiros dos três momentos produzidos pela história do MST em seu conjunto, o que certamente não os exime de passar, talvez de forma mais breve ou com outros contornos, por essas diferentes fases de constituição da identidade de sem-terra do MST. Essa riqueza de processo, permitida e exigida por uma organização que é de abrangência nacional, e está em processo permanente de constituição, é em si mesma um traço marcante do próprio processo de formação do sujeito social *Sem Terra*.

Em cada um dos momentos é possível identificar os principais desafios postos ao MST e como vai se constituindo a identidade que permite uma resposta a eles, através de traços que projetam (em um olhar de hoje, 1999) o que veio a ser o sujeito *Sem Terra* e o próprio MST.

Primeiro momento: Articulação nacional da luta pela terra.

Historicamente, esse é o momento de constituição do MST enquanto movimento social de massas cujo objetivo central é a

4. a identidade do MST pode ser vista de 3 aspectos: 1. a luta pela terra, 2. a luta por melhores condições de vida, 3. a luta por melhores condições de trabalho. 117